

BRASIL DESAFIADO: NOVA GEOPOLÍTICA E O PAPEL DO BRASIL



INTRODUÇÃO DE LUIZ RAMALHO

Presidente do Fórum América Latina de Berlim

O papel da política externa do Brasil passa por um momento de transformação. Após anos de retração internacional e isolamento durante o governo de Jair Bolsonaro, o país busca se reposicionar ativamente no cenário global com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência.

Três eventos internacionais marcam de forma emblemática esse novo começo diplomático:

- A presidência brasileira do G20 em 2024
- A presidência dos países do BRICS em 2025
- A realização da COP30 em Belém, na Amazônia, no final do mesmo ano

Esses fóruns internacionais oferecem novas oportunidades para a diplomacia brasileira – mas também colocam em evidência uma série de questões em aberto:

Como o Brasil se posicionará entre os polos geopolíticos dos Estados Unidos e da China, especialmente diante do retorno de Donald Trump? Qual papel o país pode desempenhar como mediador em conflitos globais – como na Ucrânia ou no Oriente Médio? E até que ponto tensões internas – como o processo judicial de responsabilização do bolsonarismo – impactam a capacidade de ação da política externa brasileira?

Duas recentes situações diplomáticas ilustram as ambivalências dessa política externa:

1. O aperto de mão entre Lula e Vladimir Putin, ocorrido em meio a apelos de paz por parte dos países ocidentais em Kiev
2. O encontro de Lula com Xi Jinping no contexto do diálogo China-CELAC, em 13 de maio – um sinal claro da prioridade brasileira à cooperação Sul-Sul.

Diante desse contexto, surge a pergunta: que papel o Brasil pretende ocupar na nova ordem global – e quais contradições acompanham essa nova visão de si mesmo?

Estas questões foram o ponto de partida do debate aqui documentado, moderado por Luiz Ramalho, do Fórum da América Latina de Berlim (LAF).

CONTRIBUIÇÃO DE ANDREAS BEHN

Andreas Behn, jornalista e sociólogo, há quase 20 anos vivendo no Brasil, atual diretor do escritório da Fundação Rosa Luxemburgo em São Paulo. Andreas acompanha de perto tanto a política regional latino-americana quanto os debates internacionais sobre justiça climática.

Como você vê as contradições e potencialidades do atual governo brasileiro neste cenário global em mutação?

Gostaríamos também de ouvir sua análise sobre:

- Que tipo de influência internacional o Brasil busca exercer com sua atuação no G20, no BRICS e na COP30? Essa ambição é realista para uma potência média?
- Quais os riscos e oportunidades de uma maior aproximação entre Brasil e União Europeia ou Alemanha, especialmente no contexto do retorno de Trump?

- E, finalmente: o Brasil estaria superestimando seu papel no mundo – ou é justamente esse tipo de ator que falta como mediador num cenário de crescente *hard power*?

Como introdução, quero dizer, em primeiro lugar, que a política exterior do Brasil, como na grande maioria dos países, não é o setor da política mais importante. A situação política interna do Brasil é complicada e o governo Lula está numa situação difícil porque não tem a maioria no Congresso Nacional – nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado. E isso lhe traz mais dificuldades em comparação com os primeiros mandatos de 2003 a 2010. Lula não tem tanto poder hoje. Às vezes até parece um presidente sem poder para realmente realizar a sua política. E isso é uma grande dificuldade na política interna.

Em segundo lugar, na política econômica se vê um desempenho bastante bom, estável: desemprego, inflação e crescimento são itens que estão bastante estáveis. São sucessos que não estão sendo vistos da maneira correta pelo público e pela imprensa no Brasil. O que é mais visível, por exemplo, é uma inflação que existe em muitos países do mundo, que é a inflação dos alimentos. E isso é uma das razões pelas quais a popularidade do presidente Lula está baixando ou está numa situação mais difícil do que em outros períodos.

Quero mencionar esses dois temas porque o terceiro, a política exterior, sobre o qual a gente vai falar aqui neste evento, muitas vezes vem depois desses dois, dessas duas políticas internas. Porque a política exterior não tem tanta importância interna e por isso não está tão em foco nos governos. Mas, por outro lado, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto o Lula como pessoa, assim como os assessores e assessoras dele, sempre tiveram um grande interesse numa política exterior própria. E em manter o papel de um poder regional expressivo e realmente ter uma representação adequada no mundo, um mundo em que o Sul Global foi subordinado e todo o poder sempre provinha dos poderes do Norte ou do Ocidente.

Com isso, temos uma política muito específica e muito claramente definida pelo governo Lula. E só vou aqui mencionar dois itens. Um item muito importante na geopolítica do Brasil é o princípio da não intromissão em assuntos de outros países. Isso é um ponto de vista comum a muitos países do Sul Global, em consequência das políticas de colonização e pós-colonização.

Um outro aspecto muito ligado a este primeiro é o princípio do multilateralismo. O governo brasileiro insiste em atuar (e defende que todos os países o façam também) dentro do marco da ONU, uma instituição que o Brasil quer reformar. Mas, mesmo sem essas reformas, este é o âmbito onde o Brasil, onde o governo brasileiro quer que sejam tratadas as questões importantes da geopolítica. E em palavras um pouquinho menos políticas, menos formais, sempre é o princípio de diálogo em vez de violência, em vez da guerra. O que se demonstra nesses momentos de conflito, quando o Brasil quer e tenta influenciar cenários de guerra e conflito, como foi no caso da Ucrânia e, também, na questão Israel-Palestina. É um princípio que o Brasil sempre defende na agenda internacional.

Outros temas ligados à política internacional, como a política do clima, as finanças internacionais, o comércio internacional e as políticas sociais são assuntos que o governo Lula coloca sempre não apenas na agenda nacional, como também na agenda internacional.

Mencionando os eventos como a presidência do G20 exercida pelo Brasil no ano passado, do BRICS em 2025, cuja cúpula se dará no Rio de Janeiro em julho deste ano, e a COP30, da qual o Brasil será anfitrião em novembro deste ano, foi muito interessante ver que itens como mais impostos para os super-ricos, combate às injustiças sociais e uma atuação ativa na política do clima entraram na declaração final do G20, e, com isso, essa declaração final se diferenciou bastante do que normalmente são declarações protocolares. Via-se claramente que isso era escrito e promovido pelo Brasil e pelos princípios que o Brasil e o governo Lula defendem.

É muito importante que se saiba que muitas dessas coisas, afinal, podem ser simbólicas, porque o que está dentro de uma declaração não vira agenda política. Mas pelo menos é um passo importante.

Falando do BRICS, esses países ainda são menos estabelecidos no nível mundial do que o G20. Mas há também esses temas que o governo Lula colocou na agenda de 2025: a cooperação Sul-Sul e, também, a governança global, o que também tem muito a ver com a participação da sociedade civil ou de outros setores na tomada de decisões de alto nível. A gente vê que o Brasil está colocando temas que normalmente não estão tanto no centro desses debates de alto nível internacional. Não vou entrar muito na COP30 que vamos ter em Belém em novembro, só dizer que o debate do clima no mundo está muito difícil nesse momento. Muitos países estão, digamos, abandonando o barco, porque não estão dando mais importância às questões climáticas. Também nesse tema Lula tem posição clara, defendendo o Acordo de Paris para que não haja mais retrocessos ainda. No entanto, nesse ponto Lula tem uma contradição, porque ele, pessoalmente, também defende a exploração de petróleo justamente na Amazônia, o que afeta sua credibilidade. E essa posição vem da política interna, da política econômica interna, o que mostra novamente que Lula não é capaz de fazer só política exterior, e sim precisa ver no nível nacional quais são os interesses ou os, digamos, supostos interesses econômicos do país.

Resumindo rapidamente esse panorama: para mim, por um lado o Brasil tem muito sucesso na sua política exterior. Fala claramente, argumenta transparentemente o que quer e ganha muito reconhecimento, sobretudo nos países do Sul, mas também nos países do Norte. Por outro lado, a política do Brasil está focada no que se chama de *soft power* no sentido de não confrontação e de diálogo. E essa política sempre depende de que outras forças, outros países aceitem este posicionamento, porque isolado não se pode fazer valer um *soft power*, só fica bonito, mas não se consegue avançar. Um exemplo concreto: quando, no G20, Lula falou de impostos para os super-ricos, a Alemanha foi contra. O nosso ex-ministro de Finanças, Lindner, imediatamente falou: “Não, não queremos mais impostos para os ricos”. O Brasil estava colocando uma posição que faz sentido para todo o mundo. E a Alemanha estava colocando uma contraposição que defendia só os próprios interesses. Quer dizer, o *soft power* do Brasil neste caso não consegue avançar porque nem tem o apoio da Europa.

Então temos no momento, na atualidade, dois processos que estão mudando a ordem mundial. Um deles já tem bastante tempo: que o Sul Global – e dentro do Sul Global, sobretudo a China – está ganhando mais influência política e econômica no mundo. E o Norte, nesse caso, eu diria que o Ocidente, está perdendo influência. E temos um outro momento, que é muito mais recente, que se refere ao presidente Trump nos Estados Unidos. Vemos ali uma política muito incomum, incongruente, caótica, que eu interpreto como sinal de fraqueza e não de poder, de força. E para mim é uma política que acelera esse processo de perda de influência por parte do Norte e por parte do Ocidente.

O que significa tudo isto para o Brasil? Eu diria, melhor para o Brasil, que tem várias opções de relacionamento político e econômico. Então a situação é melhor. E, também, porque o Brasil não é qualquer país, é um país grande, o quinto em território e o sétimo em população. Tem muitos produtos para exportar e não tem interesses de poder explícito. Então é um parceiro para muitos atores no mundo. E eu não vejo um grande perigo nessa confrontação entre Trump e BRICS porque vejo que o Sul Global e o BRICS com a China já estão fortes demais para ceder a essas pressões. Necessita-se de cautela. Mas se está numa situação boa em comparação com o mundo unipolar de décadas atrás.

Sobre o Mercosul, que é o relacionamento mais intenso entre o Brasil, a América do Sul e a União Europeia, incluindo a Alemanha: o acordo proposto não é mais do que um acordo entre a indústria exportadora da Europa e o agronegócio da América do Sul. Esses dois atores não representam os interesses da população brasileira. Então, do ponto de vista econômico, do ponto de vista estratégico, não vejo problema dentro dessa constelação, porque o Brasil realmente tem o direito e a possibilidade de se relacionar com todos com quem tenha interesse. Mas justamente é a União Europeia que está numa situação de bastante fraqueza no momento e que tem interesse de se relacionar com o Brasil nas questões econômicas e geopolíticas. Quase todos os dias, na imprensa alemã se lê sobre investimentos da China em outros países do Sul Global com um certo posicionamento crítico, colocando que causam uma dependência que tem consequências negativas para os países. A mensagem implícita é de que os investimentos alemães seriam muito melhores, porque são investimentos que respeitam os direitos humanos, que são mais justos. Essa mensagem mostra exatamente o erro em toda essa questão, porque se sabe muito bem no Sul Global que os investimentos ocidentais não têm nada disso que se promete. Sempre foi uma política colonial ou pós-colonial, sempre liderada pelos interesses econômicos desses países ou do Ocidente como um todo. Então, você tem muito essa impressão de que, especialmente na Europa, a imprensa e os governos realmente acham que estão fazendo uma política econômica melhor e por isso podem criticar a China, que faz diferente, mas é porque eles não analisam a si mesmos. É uma análise incompleta e tendenciosa.

O Brasil tem o direito de escolher os parceiros, talvez só buscando o mal menor. Mas não há no momento uma oferta, digamos, realmente boa. Acho que o BRICS poderia, sim, ser uma alternativa interessante, pois prejudica menos o Sul Global, mas temos que analisar esta questão com cuidado e sem ilusões. Talvez surja uma relação econômica que é melhor do que o que a gente conhece. É isso que a gente precisa. Temos que ter um pouquinho de otimismo, ao mesmo tempo temos que ter um olhar bem crítico. Se se constrói outro ator, uma aliança poderosa no mundo, pelo menos duas coisas têm que ser garantidas: mais participação dos povos, das sociedades civis e mais justiça social. E como a gente faz isso? Eu acho que este é o momento de marcar posição como sociedade civil, como pensadores no âmbito das reuniões com e sobre o BRICS, sermos proativos e afirmar que queremos participar. Temos dúvidas sim, temos propostas e temos que acompanhar como este processo avança. Não é uma questão de meses, mas de muitos anos; mas temos que ter participação. Se deixamos só para certos governos e cada governo tem a sua própria forma e definição de democracia, será difícil. Em resumo: a sociedade civil deve ter algum tipo de participação no que está em construção no âmbito do BRICS.

Em relação à Alemanha: o acordo de livre-comércio União Europeia/Mercosul é problemático sobretudo para o Brasil. O maior ator europeu no acordo é a indústria exportadora da Europa e principalmente da Alemanha. E o acordo, do jeito como está escrito agora, vai aumentar o

acesso ao mercado do Mercosul para esses produtos, com mais lucros. Nesse sentido, no caso da Alemanha, vai trazer alguns benefícios para a população alemã, porque se as indústrias estão andando bem, se arrecadam mais impostos etc. E mais difícil estaria a situação do Brasil, que vai sofrer muitas consequências ruins, até nas compras governamentais, que estão no acordo. E a estratégia de reindustrialização ficará mais difícil. O novo chanceler alemão, Merz, quer o acordo e se expressou claramente: “Vamos com rapidez fechar esse acordo.” Há também um grande interesse geopolítico da diplomacia alemã pelo Brasil. Porque a aliança histórica entre a América Latina e a Europa não está mais funcionando bem na área econômica. A China é o maior parceiro comercial e econômico do Brasil, claramente. Na Argentina também não é muito diferente.

Neste contexto, esse acordo também significa aumentar o poder geoestratégico da Europa dentro do mundo num momento em que o velho continente está perdendo esse poder. Então, estar bem aliado com a América do Sul é um interesse premente da Alemanha. A Alemanha e a Europa como um todo não estão mais tendo uma análise muito clara em assuntos geopolíticos. Na guerra contra a Ucrânia, assumem uma posição clara, só que é uma posição que não avança em nenhuma direção. Querem a paz, querem que a Rússia retroceda. Mas não estão avançando em nada. E quando Lula fala que temos que dialogar até com pessoas que nos desagradem, como Putin, qual é a reação da Europa? Protesta dizendo “Como o Brasil pode falar com um autocrata como Putin?”. Para mim, isso é uma fraqueza da Europa, porque a Europa não está mais entendendo o que está acontecendo no mundo e qual é esse novo papel que já está exercendo o Sul Global, onde o Brasil é um dos primeiros atores. Além do econômico, os resultados geopolíticos dessa possível aliança entre a Europa e o Mercosul parecem ser bem limitados.

CONTRIBUIÇÃO DE JAMES GREEN

James Green, professor emérito da Universidade Brown, ativista comprometido com a democracia no Brasil e presidente do Washington Brazil Office.

Você acompanhou por décadas a política brasileira a partir dos Estados Unidos. Como você analisa o papel do Brasil na relação com os EUA neste momento de retorno do trumpismo? E aproveitamos para aprofundar:

- Quais os interesses reais de Trump em relação ao Brasil e à América Latina – além da retórica anti-imigração?
- Como o Brasil pode reagir a possíveis aumentos tarifários impostos pelo governo Trump?
- Diante do avanço da extrema direita no Brasil e da cassação de Bolsonaro, você vê riscos de interferência externa nas eleições de 2026?
- E por fim: o Brasil deveria aproveitar o afastamento dos EUA de instituições multilaterais para reivindicar reformas na ONU, no Conselho de Segurança e nas instituições financeiras globais?

Eu preciso fazer um agradecimento: Luiz Ramalho, seu pai, Jether Ramalho, foi um militante brasileiro muito importante. Ele levou a luta contra a ditadura brasileira e a tortura aos Estados Unidos, quando da ocasião em que participou de uma missão para a entrega, em Nova Iorque, das primeiras denúncias internacionais acerca da tortura no Brasil, chamando a atenção do público internacional para o caso. A partir desse momento, houve uma campanha

internacional em parceria com a Anistia Internacional. Jether Ramalho foi um religioso muito comprometido com a justiça social.

Vocês me deram um trabalho impossível, o de comentar sobre o pesadelo que estamos vivendo nos Estados Unidos após a eleição de Trump, além das implicações para o Brasil e para o mundo. É um assunto muito complexo. Esta semana celebramos 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Eu acredito que ninguém poderia ter previsto a situação atual em 1945. Quem passou pelo conflito mundial, pela Guerra Fria, quando das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, pela guerra do Vietnã e pela atual rivalidade entre os Estados Unidos e a China, jamais poderia imaginar que o Presidente Trump, como um representante da extrema direita e simpático ao fascismo, estaria construindo uma aliança com Vladimir Putin e a Rússia. É difícil entender.

Nessa nova conjuntura internacional, existe uma frente internacional da extrema direita com poder e influência na América Latina. Nessa região, os governos que fazem parte dessa frente são o de Javier Milei, na Argentina, e o de Nayib Bukele, em El Salvador. Já em outras partes do mundo, países com regimes autoritários – como Turquia, Egito, Rússia e China – estão apoiando o movimento internacional em defesa do Sul Global, que nos anos de 1950 e 1960 se chamava “Terceiro Mundo”.

Nesse contexto, o Brasil busca ter uma liderança internacional importante. Eu acredito que o Norte Global não reconhece a importância de Lula, o que o deixa afastado, ignorado. Isso é reforçado com a atitude de Trump e sua fantasia do ‘Make America Great Again’, ou seja, o lema de recuperar a suposta grandeza do país. Trump vive um sonho do final do século XIX. É um sonho que implica um retorno ao imperialismo dos Estados Unidos à época da Guerra Hispano-Americana, de 1898, entre a Espanha, Cuba, Filipinas e os Estados Unidos. Nesse conflito, o governo de Washington tinha o objetivo de dominar o Caribe, como parte da estratégia de manter a América Latina como o quintal dos Estados Unidos. Essa mentalidade reflete uma ideia hierarquizada das relações internacionais, que não valoriza a América Latina.

Porém, o continente não é uma prioridade de Trump. Ele está mais interessado em usar a presidência para fazer dinheiro em outras partes do mundo, especialmente no Oriente Médio, e terminar o seu segundo mandato sendo visto como grande político internacional. Ele morre de inveja de Barack Obama, que ganhou o Prêmio Nobel em 2009. É por essa razão que Trump lidera essa articulação internacional para intermediar a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e também para resolver o conflito no Oriente Médio. São objetivos muito ligados ao seu desejo de ser reconhecido como grande diplomata.

Trump é megalomaniaco e egocêntrico, com uma personalidade de uma criança de sete anos de idade, incapaz de pensar além dos seus interesses particulares. Ele é um excelente vendedor das suas ideias. Não tem uma ideologia fixa. Defende uma política exterior que favoreça os interesses econômicos de sua família. Trump também precisa do apoio de outros setores da alta burguesia norte-americana, os bilionários, a fim de alcançar seus objetivos de acumular mais poder.

Trump também é racista. Um exemplo claro dessa sua ideologia foi a decisão de impedir a entrada ou a permanência, nos Estados Unidos, de cidadãos do Afeganistão que colaboraram com Washington durante a guerra naquele país. As pessoas que apoiaram os

norte-americanos, como os tradutores, perderão o direito de imigrar aos Estados Unidos. No mesmo dia em que Trump fez esse decreto, ele recebeu um grupo de brancos da África do Sul que alegam estarem sofrendo com racismo e com a expropriação das suas fazendas, razão pela qual pedem asilo nos Estados Unidos. Trump abraça esses imigrantes porque são brancos, e ele está interessado em incentivar a imigração de pessoas brancas aos Estados Unidos. O Brasil é um país que conhece bem esse tipo de história, isso foi a política pós-abolição de se buscar o embranquecimento da população através dos incentivos à imigração europeia. Ao mesmo tempo que Trump está acolhendo brancos da África do Sul, o governo dos Estados Unidos está deportando milhares de trabalhadores que imigraram da América Latina e de outras partes do mundo, inclusive deportando famílias com os seus filhos que nasceram nos Estados Unidos, e que poderiam colaborar com a economia americana. Mas como não são brancos, estão sendo deportados nesse momento.

Encontramo-nos numa zona de semi-fascismo nesse momento, uma zona onde as proteções da democracia estão sendo sistematicamente destruídas, diariamente. Mas há uma resistência no nível nacional, dentro do Congresso e entre setores financeiros mais conservadores, como o Wall Street Journal, que está criticando a política de tarifas de Trump.

Existe uma dinâmica muito complexa nos Estados Unidos, onde os republicanos têm a maioria no Congresso, e o presidente está acumulando muito poder, mas, ao mesmo tempo, ele está emitindo decretos presidenciais, cuja maioria são inconstitucionais. Quando um juiz declara que um determinado decreto é inconstitucional, a administração de Trump recorre à Corte Suprema para tentar reverter a decisão a seu favor. Ao mesmo tempo, ele está eliminando as proteções democráticas e tentando criar um Estado autoritário. Se vai conseguir consolidar isso, dependerá em grande parte da resistência a sua política autoritária.

Os pronunciamentos de Trump, por exemplo, sobre a necessidade de ocupar o Panamá – onde supostamente a China teria uma influência exagerada no Canal –, na verdade refletem o fato de que ele quer ocupar ou anexar outros países para expandir os territórios dos Estados Unidos, como ocorreu no final do século XIX. Os Estados Unidos foram o último país imperialista a ocupar territórios em outras partes do mundo, como Havaí, Filipinas, Cuba e Porto Rico. Trump está querendo voltar a esse momento na história do país.

Mas Trump tem um problema político relacionado às tarifas que ele quer impor. Ele defende uma política que não tem sentido e que não vai funcionar. Irá criar uma inflação muito grande, que poderá enfraquecer o apoio de sua própria base. As tarifas que ele está propondo para a China irão resultar em um aumento de preços de produtos baratos feitos lá. Trump insistia junto ao público norte-americano que a China, ou seja, o país exportador de um produto, vai pagar a tarifa imposta. Na verdade, quem paga a tarifa é o importador, que poderia repassar o aumento para o consumidor, gerando inflação.

Além disso, Trump constantemente provoca racismo e xenofobia contra imigrantes. Ele atua como quem quer eliminar todas as conquistas do movimento negro ao longo dos últimos 60 anos na luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos. E, nesse sentido, os ataques contra imigrantes reforçam o apoio que ele tem com a sua base. O que me chama muito a atenção é a reação da população norte-americana contra as deportações. Um exemplo é o movimento de apoio ao jovem Kilmar Abrego García, que foi deportado para El Salvador

mesmo ele tendo uma ordem judicial dizendo que não podia ser deportado para a sua terra natal, pois estava ameaçado por grupos criminosos do país.

Então, esse conjunto de questões – ataques aos imigrantes, ataques aos estudantes internacionais, ataques às universidades, ataques aos escritórios de advocacia – é uma maneira de limitar e silenciar a oposição e, ao mesmo tempo, avançar a agenda de Trump. E, nesse sentido, eu diria que Trump não está conseguindo fazer tudo o que as pessoas esperavam que ele conseguiria fazer.

Para finalizar, vou comentar uma coisa que meus amigos no Brasil me perguntaram: “Onde está a mobilização? Por que não houve um milhão de pessoas saindo às ruas no dia seguinte à posse presidencial? Por que não há protestos de massas?” Minha resposta é simples: as pessoas não têm capacidade de responder a tudo o que Trump está fazendo, porque é muita coisa ao mesmo tempo. Imaginem se Bolsonaro ganhasse a anistia e ele, ou seu candidato, fosse eleito presidente em 2026. Imaginem como os brasileiros que lutaram contra ele e apoiaram Lula irão se sentir. Imaginem como eles irão demorar para pensar em como resistir ao segundo governo de Bolsonaro. Então foi isso o que aconteceu aqui. Felizmente, há mobilizações agora no nível nacional, em todos os estados. Os protestos de rua estão acontecendo agora. Está ocorrendo muita agitação dos democratas no Congresso. Setores da sociedade civil também estão reagindo. Empresários estão dizendo publicamente que as políticas de Trump em geral são boas, mas que sua política tarifária é um desastre. Por isso o Wall Street Journal publica editoriais quase diariamente criticando Trump e sua política.

Eu queria levantar uma questão mais global, mais abrangente. E acho que devemos entender em que momento estamos no mundo. Acredito que estamos vivendo o crescimento da extrema direita e a consolidação de Estados autoritários. A democracia está sendo ameaçada. O povo do Brasil valoriza muito a democracia e lutou durante a Ditadura Militar (1964-1985), especialmente no período de transição, para realmente democratizar o país.

Acho que a grande contradição, o dilema das esquerdas e das forças progressistas no mundo consiste em como lidar com uma colisão de interesses distintos. Os valores democráticos e da justiça socioeconômica e cultural estão sendo ameaçados, e ao mesmo tempo, no nível internacional, o Brasil está se alinhando a países que não priorizam a democracia.

O Brasil vive esta contradição. De um lado, é um defensor de um tipo de social-democracia progressista, além de ser um país defensor de valores como os direitos humanos. Mas, por outro lado, há uma aliança, uma colaboração com Estados que representam o contrário de tudo que lutamos para conseguir na América Latina durante os anos das ditaduras e os processos de transição. Eu acho que isso é uma contradição que o Brasil vai ter que enfrentar, porque, ao mesmo tempo em que os dirigentes possuem uma certa afinidade com alguns desses Estados autoritários, eles também possuem uma afinidade com a democracia. É uma questão importante para mim é entender como a convivência entre esses dois elementos irá se desenvolver.

Por exemplo, durante a ditadura na Argentina, os militares se alinharam à União Soviética, que apoiou essa ditadura na América do Sul, o que foi muito complicado para a esquerda. Então é uma questão importante para ser considerada em certos momentos. Mas eu adoraria ouvir a Mônica falando sobre isso.

Eu falei que o PT é um tipo de social-democracia europeia. Isso significa dizer que o PT não se propõe a seguir o modelo antigo da União Soviética, nem o modelo atual da China, da Coreia do Norte ou dos Estados Unidos. Acredito que a social-democracia europeia é um tipo de sistema socioeconômico que o PT quer construir no Brasil com um Estado de bem-estar social, mas pode ser que eu esteja errado. Fiz uma analogia, mas eu estava tentando explicar que tipo de programa de governo o PT defende. Eu conheço o PT desde sua fundação. Fui militante do PT quando morava em São Paulo, no final dos anos setenta e começo dos anos oitenta.

Sobre a questão de se associar a regimes autoritários, por exemplo, no BRICS, reconheço a minha subjetividade. Eu sou gay e fui líder do movimento LGBTQIA+ brasileiro e de sua ala esquerda. Se eu fosse viajar para a Rússia neste momento e fizesse uma defesa do movimento LGBTQIA+ russo, eu poderia ser condenado a oito anos de prisão por apoiar o que o governo considera como grupos terroristas. Estas medidas do governo russo são piores do que as penas do governo Médici durante a ditadura em várias áreas, mas não em todas.

Eu sou muito mal de previsões, mas quero lembrar uma música do Chico Buarque de Hollanda: *Vai passar*. Porque, realmente, para mim, pelo menos o pesadelo dos Estados Unidos vai passar. E a gente vai, a partir dessa luta, reconquistando elementos democráticos da sociedade norte-americana, mesmo que ela não esteja sendo democrática em muitos sentidos.

E acho que é muito importante prestar atenção à situação nos Estados Unidos, porque, infelizmente, existe no Brasil uma tradição de antropofagia. Às vezes, há uma tendência de copiar as coisas que ocorrem em outros lugares, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

O Brasil não é uma prioridade para Trump neste momento porque ele não tem interesses econômicos no Brasil. Parece que não está interessado em construir um hotel em Copacabana. Mas é bem capaz que se desenvolva um interesse pelo Brasil. O governo de Trump, por exemplo, pode tentar interferir nas eleições brasileiras com uma articulação junto a Eduardo Bolsonaro e outras pessoas da extrema direita. Sabemos muito bem que a CIA já teve uma experiência de interferir nas eleições brasileiras.

CONTRIBUIÇÃO DE MÔNICA VALENTE

Mônica Valente, membro da Direção Nacional do PT, Secretária Executiva do Foro de São Paulo e diretora da Fundação Perseu Abramo.

Como o Partido dos Trabalhadores – e a esquerda latino-americana de forma mais ampla – estão pensando o BRICS e a reconfiguração da ordem mundial?

Queremos também saber:

- Como você avalia os esforços da política externa brasileira na construção de novas alianças além dos eixos tradicionais Norte-Sul?
- O Foro de São Paulo discute o cenário regional marcado pela volta de governos progressistas, mas também o fortalecimento da extrema direita – como lidar com essa dualidade?
- Ainda é possível defender a integração regional como projeto político e econômico, mesmo com a diversidade de governos e o enfraquecimento do Mercosul?

- E dentro do próprio governo Lula, onde o PT tem um papel central: há tensões internas em relação à política externa? Quais são os pontos de maior atrito?

Esta foi uma semana muito intensa, com muitos fatos que colocam o Brasil na mira da mídia mundial. A ida do nosso presidente Lula às comemorações do Dia da Vitória em Moscou, a convite do presidente russo, gerou de fato muitas perguntas, como as dos seus amigos que você, Green, comentou. E em seguida, a ida do presidente Lula a Pequim para a Cúpula China- CELAC, o que também causou muitas discussões na mídia mundial. Assim, é muito oportuno que tenhamos a possibilidade de compartilhar reflexões sobre a Política Externa Brasileira no governo Lula.

Comentando uma reflexão feita por Andreas Behn sobre a política externa brasileira, gostaria de ressaltar que, além do apreço ao multilateralismo, à cooperação e ao respeito à soberania dos diversos países, uma característica que tem a PEB [Política Externa Brasileira], que vem desde os nossos governos anteriores, é o princípio do que chamamos ‘o não alinhamento ativo’.

Por que quero ressaltar este traço da nossa política externa? Em primeiro lugar, porque sempre foi uma característica da nossa política exterior desde nossos governos anteriores, e nesses tempos de grande complexidade no cenário mundial, nos ajuda a nos posicionarmos de maneira independente e soberana, com bastante clareza. Na discussão do programa na campanha eleitoral de Lula em 2022, feita em conjunto com os outros partidos políticos do campo da esquerda, e depois, no segundo turno, de modo mais ampliado, foi unânime a necessidade de demarcarmos esse princípio do não alinhamento, não de uma maneira ingênua ou isolacionista, mas garantindo o princípio constitucional de uma Política Externa soberana, à luz dos interesses do povo e da nação brasileira.

Nesse contexto, à luz desse princípio, o programa debatido na frente ampla que elegeu o presidente Lula definiu dois eixos principais: a integração regional latino-americana e o fortalecimento de nosso engajamento no grupo do BRICS. Mas com que sentido essas duas diretrizes?

O primeiro, o sentido da integração regional. Frente a um mundo tão complexo, frente a um mundo em que o cenário a cada dia muda, frente aos desafios que estão postos, é essencial cada vez mais para um país que é uma potência média como o nosso que estejamos integrados com nossos vizinhos, com os quais temos muito em comum em termos de características e desafios. Temos coincidências populacionais, econômicas, sociais, geográficas, climáticas, energéticas e de inserção no mundo globalizado. Então, nada mais óbvio do que, nesse mundo complexo e de muita disputa, você estar integrado com os seus vizinhos, com os quais se tem muita coisa em comum, além de uma cultura política latino-americana em comum.

Do ponto de vista econômico, ainda que o Brasil seja um país mais desenvolvido economicamente que a maioria de nossos vizinhos, não podemos e nem devemos desconhecer a importância econômica do México, do potencial da própria indústria argentina, das imensas reservas de petróleo da Venezuela, e assim sucessivamente.

Então, a primeira consequência óbvia, ou primeira constatação óbvia é que, para o Brasil como país se posicionar no mundo, à luz dos interesses e necessidades do nosso povo, é preciso que estejamos integrados regionalmente na América Latina e Caribe. Não do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista dos interesses e necessidades da nossa região e dos nossos povos, dos nossos interesses nacionais e regionais, que são o desenvolvimento econômico com justiça social, a industrialização, a transição energética, a proteção dos nossos biomas. São interesses e necessidades que temos em comum com nossos vizinhos.

O segundo é o tema do BRICS. Por quê? O BRICS não surge como um novo G20. O ministro Celso Amorim gosta de falar que surgiu em oposição ao G7, que é o clube dos países ricos, dos países desenvolvidos. E o Grupo do BRICS, denominação criada por economistas cujos nomes não me lembro agora, reúne os países em desenvolvimento, que não tinham ainda atingido um patamar de desenvolvimento econômico, social e produtivo no mundo globalizado que pudesse resolver os problemas de nossas populações.

Recentemente, participando de um bate-papo com jovens alemães aqui na FES, em São Paulo, eles me perguntaram: “Mas como o Brasil consegue conviver com países do grupo BRICS que possuem questionamentos quanto à sua democracia interna? Como o Brasil de Lula consegue conviver com países que entraram no BRICS ou alguns que já faziam parte do BRICS que alguns consideram autocracias?”. E eu comentava com eles o seguinte: na nossa opinião, na opinião do nosso partido e do nosso governo, a política externa que move os países não é guiada pela divisão entre países democratas ou autocratas. Cada país tem as suas características, mas o BRICS é um grupo de países que têm interesses e necessidades em comum. E entre esses interesses e necessidades em comum, existe a necessidade de desenvolvimento, de industrialização, de garantir financiamento para esse desenvolvimento. Então eu dizia para eles, por exemplo, que o NDB – Novo Banco de Desenvolvimento, o banco do BRICS, que hoje é presidido pela ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff, é um banco que procura financiar o desenvolvimento de uma maneira diferente dos outros instrumentos de financiamento do desenvolvimento para a América Latina, como o FMI ou o BID. Porque esses dois outros bancos, ao oferecer financiamento para os países em desenvolvimento, exigem que sigamos um receituário neoliberal, de privatização, de diminuição do financiamento das políticas públicas na saúde e na educação, de abertura de nossos mercados aos produtos e serviços dos países desenvolvidos, nos condenando a ser países exportadores de commodities e importadores de produtos manufaturados de alto valor agregado dos países já desenvolvidos. Por isso, ao criar o grupo BRICS e o NDB, o banco do BRICS, nossos países podem ter acesso a crédito e criar instrumentos de financiamento que nos permitam um desenvolvimento à altura das necessidades dos nossos povos. E eu usei esse exemplo para mostrar o que unifica o Brasil aos países do BRICS.

O que dirige a participação ativa do Brasil nesse grupo é a defesa do direito de nossos povos à soberania, o direito ao desenvolvimento com justiça social, o direito dos povos do chamado Sul Global, em especial da América Latina e do Caribe e mais especialmente aqui, dos brasileiros e das brasileiras, de terem acesso a bens e serviços, à educação de qualidade, à ciência e tecnologia, à saúde, à cultura e tudo mais.

Esses são os princípios da política externa brasileira, que têm a ver com o nosso projeto de desenvolvimento, o Projeto Nacional de Desenvolvimento, dentro desse cenário todo conturbado na América Latina e no mundo.

Sobre o tema do crescimento da extrema direita, tenho feito uma reflexão sobre isso, em especial na América Latina. Quando saímos das ditaduras militares na região, após anos de luta, os primeiros processos eleitorais foram ganhos por coalizões democráticas mas de perfis neoliberais. Foi o caso de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Carlos Menen na Argentina e outros. Eram governos conservadores, neoliberais, mas não eram de extrema direita. Esse conservadorismo “civilizado”, por assim dizer, que defendia o modelo neoliberal, foi perdendo capacidade política de hegemonizar a sociedade, na mesma medida em que o modelo neoliberal nunca atendeu às necessidades dos povos, conforme haviam prometido. Então é aí que surge a extrema direita como porta-voz do modelo neoliberal, como é o caso de Bolsonaro no Brasil, Milei na Argentina, Noboa no Equador, mas também em campanhas eleitorais em que não foram vitoriosos mas defenderam esse modelo, como Kast no Chile, Keiko Fujimori no Peru, Hernández na Colômbia.

Então, o modelo neoliberal, a partir da dificuldade de se viabilizar em disputas eleitorais conduzidas pelo conservadorismo “civilizado”, passa a ser conduzido e hegemonizado pela extrema direita, que dobra a aposta no modelo, avançando para o ultra-neoliberalismo. Vejam o que Milei quer fazer na Argentina: acabar com o Banco Central, destruindo um instrumento de soberania sobre sua própria moeda.

E nós do campo progressista, sem negar a diversidade que temos entre nós, buscamos construir um modelo alternativo ao modelo neoliberal, que passa pelo multilateralismo, pela cooperação e o respeito à soberania e o direito que temos como povos do Sul Global ao desenvolvimento. Então, essa é a principal contradição, o principal desafio que penso que há no atual momento para nós.

Eu não diria que o PT tenha nascido da tradicional social-democracia. O PT tem uma história um pouco diferente da história dos partidos social-democratas da Europa. Nascemos com forte ligação com o movimento sindical, mas também com a igreja progressista, com os movimentos populares, da luta contra a ditadura militar. Nós somos países em desenvolvimento, e nunca tivemos a oportunidade de construir estados de bem-estar social. Saímos da ditadura militar para governos neoliberais. O PT sempre defendeu os valores da democracia, os direitos humanos, até mesmo pela nossa origem da luta contra a ditadura.

Mas vejamos o nosso modelo de democracia representativa e eleitoral brasileira no momento. Quando você analisa os sistemas eleitorais que supostamente são democráticos aqui no Brasil, vamos ver que não são tão democráticos assim. Vejam como funciona hoje, no Brasil, o efeito eleitoral do financiamento das emendas parlamentares nas eleições de 2024 para os municípios ou nas eleições de 2022, que elegeram esse Congresso Nacional brasileiro, onde a maioria é de direita ou de extrema direita.

Pode-se questionar que democracia é essa, que não garante condições igualitárias de disputa política. Mas eu perguntaria qual tem sido o posicionamento dos governos social-democratas europeus em relação, por exemplo, à Palestina e ao genocídio em Gaza? Por que não qualificam de maneira inequívoca essa ação militar em Gaza como um

genocídio, como fez o presidente Lula? Não haveria valores democráticos e de direitos humanos a serem preservados e defendidos?

Nós, os países do Sul Global, temos direito ao desenvolvimento, à industrialização, à soberania. A soberania é o que move os países na sua política interna, e a sua política externa são os interesses do seu povo ou os interesses de alguns setores do seu povo. Em alguns casos, setores empresariais, setores financeiros ou do povo como um todo. Então, eu não aceito que venham cobrar uma suposta contradição nossa, porque nós estamos num mundo complexo, onde as alianças não se dão por aí, as alianças não se dão em termos de democracia e não democracia interna de cada país.

Vejamos o governo Biden. O governo Biden, de fato, foi muito importante para o reconhecimento das eleições aqui no Brasil por interesses, não pelos belos olhos da democracia brasileira; porque em outros momentos, governos democratas nos Estados Unidos também se aliaram à direita ou à extrema direita aqui no Brasil. Também para o Partido Democrata não era interessante a vitória de Bolsonaro em 2022 porque em 2024 eles sabiam que enfrentariam Donald Trump, com quem Bolsonaro era alinhado.

Vejamos o governo Obama. Obama, através da NSA, colocou escutas nos telefonemas da presidenta Dilma Rousseff e da chanceler alemã Angela Merkel, porque a Petrobrás e a Agência Nacional do Petróleo tinham acabado de descobrir as imensas jazidas de petróleo na camada do pré-sal no litoral brasileiro. O governo Obama, um representante supostamente do que há de mais avançado na democracia estadunidense. E por que Obama fez isso? Para defender os interesses do seu país, de setores de seu país ou de seu povo. Então, os países, na sua política externa, se movem de acordo com os interesses do seu povo, de seu país ou de suas empresas.

Nós, do PT, queremos paz, queremos ter o direito de trazer para o povo brasileiro desenvolvimento, justiça social, soberania. Porque é para isso que fomos eleitos. E aqui, no nosso plano, no plano interno, vamos fazer o possível para aprofundar a democracia, os instrumentos democráticos, a participação social, a participação popular, em que ainda há um grande déficit nos nossos governos. Se vocês compararem com outros governos de cunho progressista que têm uma participação popular mais protagonista do que há aqui, no nosso caso a participação popular, inclusive no nosso governo, ainda deixa a desejar. Já tivemos orçamento participativo, já tivemos outros instrumentos mais avançados que, por circunstâncias diversas, não pudemos fazer avançar no atual governo.

Mas eu não aceito que nos seja cobrado pelos países do norte do mundo um alinhamento ideológico, quando seus interesses, sua política externa não se movem por aí. É por isso que eu entendo perfeitamente a lógica do atual chanceler da Alemanha quando diz que é contra a proposta de tributação dos super-ricos, pois isso vai contra os interesses dos setores internos aos quais ele responde. Então, muita calma nessa hora. Nós, os países do sul do mundo, temos direito ao desenvolvimento com soberania e, sim, vamos defender o multilateralismo, vamos defender soluções negociadas. Vamos defender que o Conselho de Segurança da ONU não seja esse conselho que aprovou a invasão do Iraque em cima de uma grande mentira contada pelos Estados Unidos, que não consegue condenar o governo de Israel pelo genocídio que faz na Palestina, e assim sucessivamente. Então não pode haver, vamos dizer,

dois pesos e duas medidas quando se trata dos países do Sul Global, que têm o direito de se desenvolver com soberania e com justiça social.

O presidente Lula e o governo brasileiro têm insistido na reforma dos organismos multilaterais, especialmente do Conselho de Segurança da ONU. Há um pleito do Brasil de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Esse pleito já é muito antigo. Não é muito fácil construir isso. O mundo hoje precisa mesmo que a ONU seja reformulada, porque, da forma como ela está hoje, não tem papel nenhum. Ela é vista como um organismo que não tem função. E nós, que defendemos o multilateralismo, a cooperação e a solução negociada dos conflitos, temos muito interesse em fazer esse debate da reforma da ONU a partir do seu Conselho de Segurança, mas não somente.

Sobre o tema das projeções para o futuro aqui no Brasil. O presidente Lula deve ser candidato à reeleição em 2026, pois aqui no Brasil é esperado que o presidente seja candidato à reeleição, a não ser que tenha algum problema de saúde. Mas, ainda assim, o presidente Lula tem dito uma coisa muito importante. Todo mundo aqui se pergunta o que vai ser do PT, da esquerda brasileira, quando Lula não puder mais ser candidato. E o presidente Lula diz que seu sucessor não será uma pessoa, será o PT. Será o partido que vai liderar uma coalizão ampla e democrática, com um claro programa antineoliberal, com destaque para o desenvolvimento com justiça social, transição energética e proteção ao meio ambiente.

Neste ano de 2025, nós estamos muito empenhados num processo de renovação das nossas lideranças, que, no caso do PT, é feito por eleições diretas. Nós temos mais ou menos dois milhões de filiados. Esses dois milhões de filiados terão direito de eleger suas lideranças desde o seu bairro até o nível nacional (cuja eleição será no próximo dia 06 de julho). Isso é muito importante para nós.

Um dos exemplos que a gente tem acompanhado de perto é o do Morena, no México, onde o ex-presidente López Obrador fez um bom governo, elegeu sua sucessora e construiu um poderoso instrumento que é o Partido Morena, sob uma concepção que eles chamam de partido-movimento. Conseguiram uma vitória eleitoral muito significativa, mas também incluem como protagonistas os militantes dos movimentos populares e sociais. É nisso que nós acreditamos.

CONTRIBUIÇÃO DE LETÍCIA TURA

Letícia Tura, diretora-executiva nacional da FASE, com atuação destacada em temas como justiça climática, agroecologia e soberania alimentar.

O Brasil promete fazer da COP30 um marco global. Qual é a responsabilidade – e o risco de frustração – diante das expectativas criadas?

Além disso:

- O Brasil será apenas anfitrião ou terá uma atuação ativa nas negociações? Que ambição o governo demonstra?
- Como estão se posicionando os movimentos sociais e a sociedade civil frente à política ambiental do governo?
- Podemos considerar a atual política climática brasileira crível, mesmo diante do desmatamento e dos projetos da Petrobras?

- E no caso da cidade de Belém: como lidar com os desafios socioambientais locais e garantir uma COP inclusiva, que realmente envolva a Amazônia e seus povos?
- Por fim: o que pode ser feito para que essa COP não seja mais um fracasso? Que papel pode jogar a sociedade civil internacional nesse esforço?

Acho muito interessante que o debate da COP30 fique para o final. Por quê? Porque, na verdade, a Conferência das Partes da Convenção do Clima, da ONU, é uma grande conferência sobre desenvolvimento. Este é o foco do debate que é travado na Convenção do Clima: que paradigma de desenvolvimento queremos para o nosso país e para o mundo? Ela é muito mais do que uma convenção ambiental, ela é uma convenção sobre o desenvolvimento. E, sendo uma convenção sobre desenvolvimento, a questão internacional, o contexto internacional tem um impacto direto sobre as possibilidades de negociação, de sucesso e de resultados que se pode obter. Ela não é apenas uma conferência técnica, a Conferência das Partes da Convenção do Clima é antes de tudo uma conferência política. Então, a questão geopolítica tem um impacto direto sobre as negociações. Assim, toda essa conversa anterior é importante para podermos entender o contexto internacional no qual a Conferência das Partes do Clima irá aterrissar no Brasil, em Belém. Ou seja, os resultados também da presidência brasileira não podem ser desvinculados desse contexto internacional: ela está diretamente associada a ele, porque é uma convenção que funciona por consenso. A presidência da COP precisa construir um consenso entre o conjunto dos países-partes, que são todos os países do mundo – agora os Estados Unidos se retiraram. É preciso fazer uma concertação para eles irem na mesma direção.

Outra questão é entender que a COP30, diferente de Paris, não tem uma nova grande agenda, como se tinha em Paris. Paris tinha um mandato de fazer um novo acordo do clima pós-Kyoto. Madri, Polônia e Glasgow tinham o mandato de elaborar e, depois de fechar, o Livro de Regras do Acordo de Paris. O grande desafio da COP30, que ocorre 30 anos depois da primeira Conferência do Clima, que foi em Berlim – a Alemanha é a sede da Convenção do Clima, em Bonn – e dez anos depois do Acordo de Paris, é que estamos chegando numa situação em que já estamos a 1,5°C de média da temperatura acima do período pré-industrial, que era, na verdade, o que deveríamos atingir até o final do século. O que coloca em xeque a possibilidade das próprias COPs conseguirem resolver essa questão.

Então, na verdade, o grande desafio que está posto para a COP30, e para a presidência brasileira na COP30, é como conseguir viabilizar a implementação do Acordo de Paris, como provocar uma maior ambição dos países em termos das suas metas climáticas frente a esse contexto internacional sobre o qual a gente acabou de falar, que tem outras questões na pauta do dia, vamos dizer assim, como a questão das guerras. E qual é o impacto da saída dos Estados Unidos, que são o segundo maior emissor dos gases de efeito estufa, da própria convenção? Então, tem-se várias questões postas no cenário internacional que colocam em risco o processo negociador.

Um primeiro problema que está posto para a presidência brasileira na COP30 é que os países já deveriam ter entregado o seu novo ciclo de Compromissos Nacionalmente Determinados de redução de emissões de GEE (gases de efeito estufa), que são as NDCs. Quer dizer, qual é a meta revisada de redução das suas emissões que os países têm? Como eles irão responder a essa meta? Trata-se das segundas versões das NDCs, dos Compromissos Nacionalmente Determinados, que deveriam ser mais ambiciosas que as primeiras, que eles apresentaram quando ratificaram o acordo. Mas até fevereiro apenas 19 países, ou seja, apenas 10% dos países haviam entregado suas novas NDCs. Com isso, o

prazo foi prorrogado até setembro, e a presidência brasileira da COP tem a grande missão de incitar que os países apresentem suas novas NDCs de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, mais ambiciosas do que eles apresentaram até agora.

Na pauta da negociação, um grande impasse é a questão do financiamento climático. A primeira meta foi fechada em Copenhague, era de \$ 100 bilhões anuais, e foi reafirmada no Acordo de Paris; no ano passado fechou-se uma nova meta global de financiamento climático, mas que ficou muito aquém do previsto. Foi fechada em \$ 300 bilhões anuais e deveria ter sido fechada em 1,3 trilhões de dólares anuais. Então, como mover o financiamento climático no atual contexto econômico internacional?

E, por fim, outra grande complexidade que está posta na pauta da COP30 é o Programa de Transição Justa, que tem muito a ver com a questão energética, mas que não deveria se limitar a isso. Tem que trazer o tema do trabalho, dos direitos humanos, a questão de gênero: a transição justa deve ser um debate mais amplo. E ela foi barrada na primeira semana de negociações de Baku. E não seguiu adiante porque, na verdade, implica em muitas mudanças e transformações nos países. Porque precisamos entender que a negociação do clima tem um impacto econômico direto nos países.

Então, a tarefa da presidência brasileira na COP30 é ampliar a ambição dos países-partes do Acordo de Paris para que eles implementem o Acordo e apresentem medidas mais ambiciosas. Mas diante desse contexto, para que se possa de fato conseguir resultados melhores, obviamente o Brasil não pretende ser apenas o anfitrião e botar as pessoas para dançar carimbó na rua e a gente poder comer aquela culinária maravilhosa que há em Belém. E o Brasil nunca foi, vamos dizer, apenas um anfitrião. Ele sempre teve um papel de liderança dentro do debate climático. Seja na COP de Copenhague, em Paris e nas diferentes COPs, sempre o Brasil tem sido uma liderança nas negociações.

E como o Brasil está se mexendo para fugir de um possível fracasso da COP30? O Brasil está ampliando o diálogo com a sociedade global nesse processo, fazendo um diálogo para além dos países, tentando envolver nesse debate a sociedade, para que também haja um processo aonde a própria sociedade faça uma pressão sobre os países.

Então, o que a presidência brasileira propõe nesse processo? Primeiro, dentro do plano da presidência brasileira, além do processo negociador da UNFCCC, que é a Convenção do Clima – que começa no mês que vem, na Alemanha –, além da cúpula dos líderes da Agenda de Ação Climática, a presidência brasileira está propondo um Mutirão Global. E dentro desse mutirão global, provoca que a sociedade apresente Contribuições Autodeterminadas. É uma provocação à falta de apresentação de novas NDCs pelos países: que se faça uma grande mobilização social de Contribuições Autodeterminadas. Que a própria sociedade as apresente, sejam grupos empresariais, grupos indígenas, sindicatos e tal. Que comecem a apresentar isso.

Uma outra provocação brasileira é que, para além dos campeões do clima – inclusive, no Brasil, a gente tem uma campeã da juventude, que vem das áreas periféricas do Rio de Janeiro – e dos enviados especiais para o clima, o Brasil está construindo Círculos de Lideranças. O primeiro círculo é dos presidentes das COPs, de Paris para cá, e quem lidera esse círculo de liderança é o próprio presidente da COP21, que fechou o Acordo de Paris. Isso é acompanhado pelo Ministério das Relações Exteriores. O Brasil já vinha nessa

estratégia quando constituiu a troica para articular os presidentes das COPs de Dubai, Baku e Brasil. Então isso amplia – com esse grupo de aconselhamento que vai ajudar a presidência brasileira da COP nesse processo de negociação. Há ainda um Círculo dos Povos, que é coordenado pelo Ministério dos Povos Indígenas e pela ministra Sônia Guajajara, que envolve os diferentes movimentos, povos e populações tradicionais, camponesas, indígenas; o círculo dos ministros da Fazenda – porque eu vou falar daqui a pouco, é preciso entender a importância que os ministérios da Fazenda ganham atualmente no debate climático – ; e um Ciclo Ético Global, que será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a presença do presidente Lula e do secretário-geral da ONU, que pretende reunir intelectuais, religiosos, enfim. Então, na verdade, é um grande mutirão.

O que acaba sendo inspirado um pouco nas provocações que o próprio movimento indígena fez ao governo brasileiro quanto às suas NDCs e reivindicando a co-presidência da COP. Existe uma influência do movimento social, numa pressão também sobre a presidência brasileira na COP. A própria Secretaria-Geral da Presidência, dentro do Conselho de Participação Social, também criou um GTT para discutir a participação da sociedade civil na COP, porque a COP não é um processo inclusivo. Ela é um processo excludente, de muita dificuldade de participação. Além disso, está prevista uma pré-COP no Brasil, em outubro.

As principais ambições da agenda brasileira na COP30 estão muito direcionadas para a questão do financiamento climático. Dentro disso, tem-se, de um lado, o TFFF – *Tropical Forest For Ever* –, que é um novo fundo para florestas tropicais, que vem dentro do Programa de Transição Ecológica, que promove também uma aliança dos países florestais, e vem desde Dubai; e pauta uma reforma do sistema financeiro internacional. Então, na verdade, não se pode desarticular a COP de todos os processos que têm sido discutidos dentro do G20 e do BRICS. Precisa-se entender melhor esse alinhamento. E nesse sentido, o próprio Ministério da Fazenda passa a ter um papel muito importante, passa a ser um sujeito político dessas negociações, para além do Itamaraty, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O calcanhar de Aquiles é o petróleo, especialmente a exploração do petróleo na foz do rio Amazonas, que terá um impacto direto sobre as costas dos estados do Pará e do Amapá. Vou trazer o ponto de vista da sociedade civil nessa discussão das COPs. Não se pode dizer que as negociações não avançaram nada ao longo dos anos, mas elas não avançaram na direção de efetivas soluções que levem a reduções das emissões dos gases de efeito estufa. E não se avançou, porque, na verdade, as soluções que têm saído das COPs são falsas soluções. Seja o que se propõe como transição energética ou quanto ao mercado de carbono, sejam propostas de financiamento, sempre são soluções que têm profundos impactos nos territórios e que estão muito mais preocupadas em garantir o padrão de consumo dos países do Norte e do Norte que existe dentro do Sul.

Há uma grande falha nas negociações, que é não olhar para os problemas estruturais do nosso sistema econômico dominante, e se não se olhar para as desigualdades que estruturam esse sistema, é muito difícil encontrar uma solução para a questão, seja das mudanças climáticas, seja para o desenvolvimento. Na perspectiva da justiça ambiental, da justiça climática, os problemas ambientais e as desigualdades sociais são os dois lados de uma mesma moeda, não há como atingir um sem atingir o outro. E, até agora, as COPs, mas também o G20 e o BRICS não têm respondido a isso.

Então, nesse sentido, é importante, sim, a participação e o protagonismo da sociedade civil. Mas para pressionar por mudanças estruturais efetivas. Então, nessa perspectiva, quando pensamos na ambição dos países com relação à redução das emissões dos gases de efeito estufa, estamos pensando em: para que, para quem e como. Ou seja, a ampliação das ambições dos países de redução das emissões deveriam estar baseadas em soluções reais, que estão nos territórios. Por isso que, de uma certa forma, é bom também essa proposta dos círculos, porque essas soluções devem estar baseadas na garantia, na defesa dos direitos a terra e território, de uma transição energética efetivamente justa, que significa a redução do petróleo, mas também da mineração, a descentralização econômica, a diversificação produtiva, enfim, a transformação do sistema alimentar em bases agroecológicas, a democratização do financiamento climático.

Temos observado muito o impacto de todo esse debate do financiamento climático sobre a cooperação internacional. A política de cooperação internacional está se voltando muito para isso, e vemos que há muitas questões que estão ficando para trás – a questão das mulheres, dos direitos humanos –, e fico preocupada por tudo isso acontecer no ano em que terá uma conferência sobre a questão do financiamento para o desenvolvimento e que é muito pouco falada e discutida.

Falando da perspectiva de futuro: não vai adiantar apenas uma nova liderança. Se a gente não conseguir mudanças profundas dentro do Congresso brasileiro não se conseguirão mudanças profundas. Neste Congresso, com a estrutura de emendas que existe hoje, que rouba o financiamento público, muitos senadores e deputados federais têm mais recursos que secretarias dentro de ministérios, principalmente as secretarias que estão voltadas para nós, de populações tradicionais, para as questões populares.

Sobre a questão da governança global que precisamos discutir, ela também vale para o debate climático. Precisamos trazer para esse debate o papel das grandes corporações como sujeitos políticos, não só econômicos. Influenciam a correlação de forças. E não só mencionar países. Precisamos entender o papel das grandes corporações limitando as políticas dos estados.

Para concluir: é importante trazer e visibilizar mais o debate climático dentro da discussão das relações internacionais e da geopolítica, pois as COPs têm tido um impacto importante na mudança do sistema financeiro internacional, que precisa ser melhor compreendido.

CONCLUSÃO

O debate de hoje mostrou que o papel internacional do Brasil está longe de ser linear: ele é cheio de contradições, tensões e possibilidades. Em meio a um mundo cada vez mais polarizado, o Brasil pode optar por ser apenas reativo – ou então se colocar como articulador ativo de alternativas globais mais justas e sustentáveis.

O debate evidenciou com clareza as contradições e potencialidades da atual política externa brasileira. Entre o desejo de protagonismo internacional, as expectativas sobre a COP30 e os impasses internos, o Brasil se encontra num cenário global em rápida transformação, que exige tanto coerência como ousadia estratégica.

As falas de Andreas Behn, James Green, Mônica Valente e Letícia Tura mostraram que a política externa vai além da diplomacia: ela expressa disputas sociais profundas em torno de justiça, soberania e cooperação internacional.

O futuro da atuação global do Brasil dependerá não apenas do governo, mas também da capacidade da sociedade civil de participar ativamente, pressionar por coerência e defender uma agenda de transformação real, ancorada nos interesses dos povos do Sul Global.

ANEXO

Não há alternativa ao multilateralismo. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República do Brasil, 10/07/2025.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/nao-ha-alternativa-ao-multilateralismo>